

Eduardo Cambi

Nicole Naiara Schmitz

tutela de
EVIDÊNCIA
no processo civil





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
 Copyright © 2020, Eduardo Cambi
 Copyright © 2020, Nicole Naiara Schmitz.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
 sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Leticia Robini

Diagramação Bárbara Rodrigues

1175407

Catálogo na Publicação (CIP)

C175 Cambi, Eduardo, 1974-
 Tutela de evidência no processo civil / Eduardo Cambi, Nicole Naiara Schmitz. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
 308 p.

ISBN 978-65-5589-029-7

1. Direito. 2. Provas. I. Schmitz, Nicole Naiara. II. Título.

CDDir: 341.464

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

editora
D'PLÁCIDO



*
Rodapé





Sumário

1. Introdução	11
2. Princípios constitucionais relativos à tutela de evidência	15
2.1. Princípio do contraditório e da ampla defesa	15
2.1.1. Compreensão do princípio do contraditório	15
2.1.2. Compreensão do princípio da ampla defesa	18
2.1.3. Diálogo processual	20
2.1.4. Contraditório efetivo	22
2.1.5. A exegese do art. 9º do CPC	25
2.2. Princípio da razoável duração do processo	29
2.2.1. Noções fundamentais	29
2.2.1.1. A primazia da resolução do mérito	34
2.2.2. Dano marginal do processo	37
2.2.3. A tutela de evidência como forma de distribuição do ônus do tempo do processo	41
2.3. Princípio da efetividade	46
3. A cognição judicial no processo civil	51
3.1. Conceito e planos da cognição judicial	51
3.1.1. Cognição exauriente	57

3.1.2. Cognição sumária.....	61
3.2. A cognição sumária como técnica empregada em caráter excepcional.....	64
3.3. Cognição sumária, liminares e tutela provisória	72
4. A tutela provisória	75
4.1. A disciplina trazida pelo CPC sobre a tutela provisória	75
4.2. Características da tutela provisória.....	92
4.3. Conceito e requisitos para o deferimento da tutela provisória de urgência.....	94
4.3.1. As disposições gerais previstas no CPC para a tutela provisória de urgência.....	100
4.3.2. O procedimento da tutela antecipada antecedente.....	106
4.3.3. O procedimento da tutela cautelar antecedente.....	119
5. A tutela de evidência no direito comparado.....	127
5.1. Ordenamento jurídico francês.....	128
5.2. Ordenamento jurídico italiano.....	137
6. A tutela de evidência no código de processo civil de 2015.....	143
6.1. Conceito e características da tutela de evidência.....	143
6.2. A probabilidade necessária para ensejar a concessão da tutela de evidência.....	152
6.3. As hipóteses estabelecidas no art. 311 do CPC.....	157
6.3.1. Configuração do abuso do direito de defesa ou do manifesto propósito protelatório da parte (art. 311, I, CPC).....	157
6.3.1.1. A tutela de evidência como mecanismo sancionatório.....	165
6.3.2. Existência de prova documental do direito do autor e tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante (art. 311, II, CPC).....	169

6.3.3. Formulação de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito (art. 311, III, CPC).....	180
6.3.4. Instrução da petição inicial com prova documental dos fatos constitutivos do direito do autor e ausência de prova capaz de gerar dúvida razoável levantada pelo réu (art. 311, IV, do CPC).....	185
6.4. Tutela de evidência decidida liminarmente.....	189
6.5. A não taxatividade das hipóteses elencadas no art. 311 do CPC.....	193
6.6. Outras previsões da tutela de evidência	196
6.6.1. Ação monitória (arts. 700 a 702, CPC).....	198
6.6.2. Ações possessórias (arts. 554 a 568, CPC).....	207
6.6.3. Embargos de terceiro (arts. 674 a 681 do CPC).....	212
7. Questões procedimentais	
 atinentes à tutela de evidência.....	221
7.1. Concessão da tutela de evidência em sentença e o efeito suspensivo da apelação (art. 1.012, § 1º, V, do CPC).....	221
7.2. Tutela de evidência em âmbito recursal.....	223
7.3. Execução imediata da decisão que defere a tutela de evidência.....	232
7.4. Possibilidade de concessão de ofício da tutela de evidência.....	235
7.5. Diferenciação entre tutela de evidência e julgamento antecipado do mérito (arts. 355 e 356, CPC).....	242
7.6. Incidência dos demais dispositivos previstos no Código de Processo Civil referentes à tutela provisória na tutela de evidência.....	248
8. A tutela de evidência e o	
 princípio do contraditório.....	255
8.1. Possibilidade ou não de concessão da tutela de evidência inaudita altera parte.....	255
8.2. A segurança jurídica da parte contra quem a tutela de evidência foi concedida.....	262

8.3. Não concessão de coisa julgada material às decisões proferidas sumariamente.....	270
9. Conclusão	279
Referências	283